

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCIA CRISTINA SANTOS DINIZ

**O SINE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA:
uma análise do SINE do Anjo da Guarda – São Luís/MA**

São Luís

2025

MARCIA CRISTINA SANTOS DINIZ

**O SINE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA:
uma análise do SINE do Anjo da Guarda – São Luís/MA**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

Orientador: Tadeu Gomes Teixeira

São Luís

2025

Diniz, Marcia Cristina Santos.

O SINE como política pública de intermediação de mão de obra:
uma análise do SINE do Anjo da Guarda – São Luís – MA / Marcia
Cristina Santos Diniz -2025.

28 f.

Orientador: Tadeu Gomes Teixeira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Artigo) – Curso de
Administração, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Política pública. 2. Mercado de trabalho. 3. Desemprego. I.
Teixeira, Tadeu Gomes. II. Título.

MARCIA CRISTINA SANTOS DINIZ

**O SINE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA:
uma análise do SINE do Anjo da Guarda – São Luís/MA**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

Aprovado em: 13 / 02 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Tadeu Gomes Teixeira (orientador)

Dr. em Ciências Sociais

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ricardo André Barbosa Carreira

Me. em Gestão Empresarial

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Giselly Danniela de A. Cavalcanti Ferreira

Dra. em Ciência da Informação

Universidade Federal do Maranhão

A minha querida mãe, em memória, Joana Santos Diniz.

Ao meu pai, em memória, Manoel Mota Diniz.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento primeiramente a Deus, que em nenhum momento me deixou só, por me dar forças, vitórias e sabedoria em todos os meus dias. Ele é fiel e digno de toda honra e glória.

A minha família, em especial a minha irmã Fátima que foi minha referência inspiradora para voltar a estudar, a minha irmã Dete sempre disponível quando preciso de ajuda, ao Gustavo a quem chamo de filho, aos meus irmãos de sangue, de vida, todos os sobrinhos, minhas cunhadas e cunhado, primos, afilhados e comadres e todos os parentes que torcem por mim.

Aos amigos que o curso me proporcionou, em especial a minha querida amiga Andréia Farias a quem eu dedico profundo apreço e gratidão e que está sempre disponível quando preciso de ajuda e que juntas compartilhamos muitas madrugadas, a minha amiga Juliana Paes uma pessoa maravilhosa a quem agradeço todo o acolhimento e a todos que ao longo do curso me ajudaram e colaboraram para que eu chegasse até essa etapa, o meu muito obrigada.

Aos amigos da vida que em muitos momentos são a nossa fortaleza em especial a minha querida amiga Conceição Mendonça, a quem sempre recorro nos momentos mais difíceis e ao meu querido compadre e amigo Paulo Pinheiro.

Aos companheiros e amigos de trabalho em especial a Beth Azevedo, que durante muitos anos tive o privilégio de trabalhar e que sempre me incentivou a estudar, ao professor Hamilton a quem sempre recorro quando preciso de ajuda, meu Coordenador César Roberto que além de chefe é também um grande amigo e parceiro, a minha querida amiga Antônia, as minhas queridas amigas: Helenilda, Kátia e Vânia companheiras de todas as horas.

Ao meu orientador, Tadeu Gomes Teixeira, por toda ajuda, paciência e disponibilidade para o desenvolver deste trabalho.

Aos professores do curso de Administração, o meu muito obrigada, e agradecer especialmente ao professor Hélio, sempre disponível todas às vezes que precisei de auxílio, ao professor Ademir, professora Aline, professor João Maurício, professora Rosângela, professora Carla Emília, professora Amanda, professor Tavares Júnior e todos que compartilhamos conhecimentos durante a jornada.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar e compreender o Sistema Público de Emprego desenvolvido no Brasil, analisando o SINE do Anjo da Guarda localizado na região Itaqui-Bacanga. Em diagnóstico realizado pela EMAP (2014) apresenta como um dos 15 pontos críticos identificados na região Itaqui-Bacanga, a questão do emprego e renda, apontando que a área tem índices de pobreza que atingem quase o dobro da média de São Luís. As pesquisas realizadas mensalmente sobre o desemprego no Brasil revelam dados que revelam o mapa de desigualdades existentes no país e demonstram a necessidade de políticas públicas que auxiliem o trabalhador na sua colocação ou recolocação no mercado de trabalho.

Palavras Chaves: Política pública – Mercado de trabalho – Desemprego.

ABSTRACT

This research aims to analyze and understand the Public Employment System developed in Brazil, analyzing the SINE of Anjo da Guarda located in the Itaqui-Bacanga region. In a diagnosis carried out by EMAP (2014), one of the 15 critical points identified in the Itaqui-Bacanga region was the issue of employment and income, indicating that the area has poverty rates that are almost double the average of São Luís. Monthly surveys on unemployment in Brazil reveal data that reveal the map of inequalities that exist in the country and demonstrate the need for public policies that help workers in their placement or re-placement in the job market.

Key Words: Public policy – Labor market – Unemployment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura: 1 – Inauguração do SINE – Anjo da Guarda (set/2017)	15
Figura: 2 – SINE – Anjo da Guarda – (jan/2025).....	16
Gráfico 1 – Evolução do número de vagas cadastradas – 2017 a 2024.....	17
Gráfico 2 – Quantidade de Colocados por Escolaridade – 2017 a 2024.....	18
Gráfico 3 – Vagas cadastradas por escolaridade – 2017 a 2024	19
Gráfico 4 – Quantidade de trabalhadores inscritos por escolaridade – 2017 a 2024.....	20
Gráfico 5 – Quantidade e trabalhadores inscritos por raça/cor – 2017 a 2024.....	21
Gráfico 6 – Quantidade trabalhadores inscritos x colocados por sexo – 2017 a 2024	21
Gráfico 7 – Quantidade de inscritos x colocados por faixa etária – 2017 a 2024	22
Gráfico 8 – Quantidade de trabalhadores inscrito x colocados: público prioritário	24
Gráfico 9 – Trabalhadores colocados no mercado de trabalho por setor econômico – 2017 a 2024.....	25

LISTA DE ABREVIACÕES

AMDES	Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CTER	Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FET	Fundo Estadual do Trabalho
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Índice de Condição do Trabalho
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PnadC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas
SETRES	Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPEs	Sistema Público de Empregos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	O trabalho.....	11
2.2	Mercado de trabalho	11
2.3	O desemprego	12
2.4	Sistema Público de Empregos (SPEs)	13
2.4.1	<i>Surgimento do sistema público de emprego no Brasil</i>	<i>13</i>
2.4.2	<i>Ações desenvolvidas.....</i>	<i>13</i>
2.4.3	<i>Legislação no Brasil</i>	<i>14</i>
3	METODOLOGIA.....	14
4	O SINE DO ANJO DA GUARDA	15
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	26

O SINE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA: uma análise do SINE do Anjo da Guarda – São Luís/MA

Marcia Cristina Santos Diniz
Tadeu Gomes Teixeira

1 INTRODUÇÃO

O futuro do trabalho, que direção tomará, quais tecnologias serão mais utilizadas e como devemos nos preparar é considerado por muitos estudiosos sobre esse tema como incerto e sem previsões, pois tudo muda rápido e constantemente. Vivemos em constantes transformações, as crises mundiais, mudanças profundas na economia e o avanço da tecnologia, agravam um dos maiores problemas sociais enfrentados pela humanidade: o desemprego.

A cada evolução tecnológica, o mercado de trabalho também se modifica, e novas necessidades de competências humanas surgem ao mesmo tempo em que outras se tornam obsoletas. Na primeira e na segunda revolução industrial as máquinas substituíram o trabalho humano e muitos trabalhadores tiveram a sua função profissional eliminada. O cenário do mercado de trabalho é apontado como um indicador de desenvolvimento e de suma importância para a economia de uma nação.

Os impactos que essas mudanças nas relações de trabalho causam na vida das pessoas, na sociedade e na economia traz a necessidade da criação de políticas públicas voltada para as demandas sociais e do trabalho e que essa construção venha atender os problemas das desigualdades seculares e estruturais enfrentados pela sociedade faz com que o Estado seja o responsável por ações que busquem respostas a essas demandas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou no dia 09 de julho de 1948 a convenção denominada de “Convenção sobre serviço de emprego, de 1948”, que define que cada membro da OIT para a qual a presente convenção está em vigor deve manter e cuidar de que seja mantido um serviço público e gratuito de emprego.

Sob a égide da convenção Nº 88 da OIT, foi criado pelo Decreto nº 76.403 de 08 de outubro de 1975, o SINE (Sistema Nacional de Emprego) e a sua concepção foi de executar políticas públicas de emprego e ser um elo de conexão entre o trabalhador e a empresa.

Com objetivo de analisar o papel do SINE do Anjo da Guarda como ferramenta pública de inserção da população local ao mercado de trabalho, a análise foi realizada com os dados do início das atividades em 2017 até dezembro de 2024. A Agência fica situada em São Luís, capital do estado. No Maranhão, o SINE foi criado em 1977 e surge em um período de perspectivas de investimentos econômicos no estado e atualmente é coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária/SETRES. A Agência do SINE do Anjo da Guarda, inicia suas atividades no ano de 2017 e está localizado em um bairro que faz parte da região Itaqui-Bacanga e segundo Dutra (2017) é composta por 47 bairros e cinco destes bairros (Anjo da Guarda, Vila Ariri, Vila Bacanga, Vila Embratel e Vila Maranhão) exercem influências sobre os outros bairros.

Na região Itaqui-Bacanga está localizado o Porto do Itaqui, além de grandes empresas, como a Vale, ainda na perspectiva de abertura de um novo porto de investimento privado, sendo uma das regiões mais populosas da capital do estado e uma das mais carentes.

As instituições responsáveis por pesquisas e indicadores que acompanham e monitoram o desemprego no Brasil, apontam sempre uma parcela significativa da população que não tem acesso ao trabalho formal assalariado e/ou acesso a renda necessária para suprimento das necessidades básicas. A necessidade de combater o desemprego e prestar auxílio aos trabalhadores na falta de renda pela ausência de postos de trabalhos que estejam disponibilizados para quem se encontra em situação de afastamento da sua atividade laboral,

torna-se um tema de permanente debates sobre as políticas públicas desenvolvidas pelos governos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse tópico será realizada a fundamentação teórica que abordará os assuntos mais relevantes para o embasamento do tema: o SINE como política pública de intermediação de mão de obra, com objetivo de apresentar informações que propicie o entendimento através de informações e análise da unidade do SINE do Anjo da Guarda em São Luís - MA e para isso utilizaremos várias fontes de Órgãos públicos, teóricos e pesquisadores que já realizaram estudos sobre o tema: trabalho, desemprego e o sistema público de emprego no Brasil.

2.1 O trabalho

O trabalho humano vem passando por constante e profundas transformações desde que os nossos ancestrais utilizaram seus cérebros e mãos para produzir a pedra lascada e a pedra polida já pode ser considerada um grande avanço na tecnologia da pré-história ou na pré-história da tecnologia (Oliva; Guerreiro, 2005).

Como observado anteriormente, o trabalho é tão antigo quanto o homem. Para Sena (1999) “para uns o trabalho é um atributo dignificante do homem, enquanto para outros é penoso encargo que não deveria ser a eles destinados”.

Karl Marx, no livro *O Capital* considera o trabalho como:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (Marx, Karl. *O Capital*, 2017, p.255)

O trabalho pode ser visto como uma indiscutível necessidade de sobrevivência, o homem trabalhando para ganhar o pão de cada dia ou como uma das muitas formas de realização pessoal (Oliva; Guerreiro, 2005).

Diante do exposto, fica evidenciado a necessidade do trabalho como sendo o meio pelo qual o ser humano produz a sua própria existência e no decorrer da história as relações de trabalho alteram-se de acordo com o tempo, a época da evolução e a transformação da sociedade. A globalização inserindo novas formas e meios de trabalho, as relações de trabalho que anteriormente eram no âmbito familiar passando a ter um valor agregado a uma moeda.

2.2 Mercado de trabalho

Em um contexto, em que a economia real e o debate econômico impactam na vida de todos, diversos temas desta área se alternam na pauta política e social dos governos e dentre os temas de maior repercussão está o trabalho, ou propriamente o mercado de trabalho que é o responsável em momentos de auge ou de crise o que mais impacta nos níveis de bem-estar e governabilidade (DIEESE, 2011).

O DIEESE, cria o ICT (Índice de Condição do Trabalho) que busca sintetizar a situação do trabalho no país, baseado na base de dados da PnadC/IBGE e a sua criação foi motivada pela necessidade de se entender o mercado de trabalho, buscando analisar a interação dos indicadores do mercado de trabalho e a construção de um indicador que sintetiza e reflita a qualidade desse mercado e após vários estudos o desempenho do ICT/DIEESE, apontam para o aumento da precarização do mercado de trabalho na recessão pós-2015 aprofundada pela reforma trabalhista de 2017.

O nível e a qualidade do emprego estão diretamente relacionados a economia e sofrem influências diversas, como do processo de globalização produtiva e financeira, do novo ciclo

de inovações tecnológicas e dessa forma, o papel do Estado torna-se um de fundamentação importância para o funcionamento do mercado de trabalho (Pochmann, 2008).

2.3 O desemprego

Para a OIT (Organização Mundial do Trabalho) a desigualdade no acesso às oportunidades de emprego continua a ser um problema em todo o mundo e o lento progresso na redução das desigualdades “é preocupante”. No entendimento de Melo (2012), por quase três décadas, iniciadas na metade dos anos de 1940, as economias cêntricas, apresentaram uma fase de quase pleno emprego e taxas satisfatórias de crescimento, melhores condições de renda e menores níveis de pobreza. No entanto, a partir da década de 1970, o desemprego volta a fazer parte do cotidiano das economias.

Como aponta Hoffmann (1980) “o excesso de *mão-de-obra* só recentemente surgiu uma das preocupações expressas dos formuladores da política econômica do Brasil” e a autora salienta que a temática só passou a ser discutida como de grande importância após a aceleração da migração rural-urbana que vinha ocorrendo antes da década 80.

Para Ramos; Freitas (1998) “existem quatro tipos de diagnóstico sobre as origens do desemprego contemporâneo”, o primeiro seria de inspiração keynesiana, baseando-se que a demanda do trabalho depende do patamar de crescimento, como sendo: a taxa de crescimento do emprego dependerá da taxa de crescimento do produto e nessa perspectiva teórica, as causas do desemprego apresentam-se fora do espaço do mercado de trabalho e estaria subordinado em uma perspectiva macroeconômica. O segundo tipo de interpretação estaria associado aos economistas com os quais Keynes contestava nos anos 30, nesta teoria, não identifica diferenças entre o mercado de trabalho e o mercado de outro bem. O terceiro tipo de interpretação enfatiza o papel do marco regulatório do mercado de trabalho nos resultados obtidos, observado tanto no próprio mercado de trabalho quanto nos indicadores macroeconômicos e ainda, contrariamente às interpretações, há corrente que concordam que as instituições e legislação assumem um papel importante contribuindo para o equilíbrio no mercado de trabalho. O quarto tipo de interpretação para o desemprego, seria uma corrente que tem a tendência de compartilhar o diagnóstico sobre a capacidade de um mercado de trabalho regulado pelo mercado e que em alguns momentos as políticas públicas podem colaborar a elevar a rapidez e a eficiência na interação entre a oferta e demanda (Ramos; Freitas, 1998).

No entendimento de Borges (2018) “a face mais perversa do desemprego tem sua consequência no ambiente microeconômico no município e até no bairro onde trabalhadores residem”. Para Santos (2005), em sua pesquisa de mestrado desenvolvida no SINE de Pelotas-RS, descreve o retrato do trabalhador em situação de desemprego que busca o serviço do SINE, como alguém que esconde o rosto, geralmente de óculos escuros, fala baixo e muitas das vezes gaguejando, percebendo um sentimento de humilhação dessas pessoas que já possuíam carteira assinada e, naquele momento, estavam sem emprego.

O IBGE, define o desemprego como: às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho) e salientam que para alguém ser considerado desempregado, não basta apenas não possuir um emprego e citam como exemplos:

- um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos.
- uma dona de casa que não trabalha fora.
- uma empreendedora que possui seu próprio negócio.

Para o IBGE, os exemplos citados anteriormente, mesmo essas pessoas não possuindo emprego, não são consideradas desempregadas.

2.4 Sistema Público de Empregos (SPEs)

A Conferência Geral da Organização do Trabalho, convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho reunida em 17 de junho de 1948, decide acatar diversas proposições relativas à organização do serviço de emprego e essas proposições tomariam a forma de convenção internacional e adota no dia 09 de julho de 1948 a Convenção sobre o serviço de emprego, de 1948.

A Convenção N° 88 da OIT, no seu Artigo 2º, define que o serviço de emprego deve ser constituído por um sistema nacional de escritórios de emprego colocados sob o controle de uma autoridade nacional.

Para Cacciamali; Silva (2018) um Sistema Público de Emprego na sua origem é composto por três braços: seguro-desemprego (SD), intermediação de mão de obra (IMO) e qualificação social e profissional (PQ).

O objetivo inicial era o de fornecer benefícios ao desempregado e encaminhá-lo ao serviço de intermediação de mão de obra e qualificação abrangendo os grupos em desvantagem no mercado de trabalho, como os trabalhadores atingidos após a segunda guerra mundial.

2.4.1 Surgimento do sistema público de emprego no Brasil

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado pelo Decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975 e no entendimento de Borges (2018) é compreendido como o arcabouço legal que se propõe a reunir as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Segundo Martins (2022) o SINE é criado em cenário de desregulamentação na ordem econômico-financeira internacional e configura-se como um serviço ofertado pela política pública de emprego e renda. No entendimento de Lima *et al* (2015) na sua origem o SINE era uma ação do governo federal em parcerias com os estados, com o objetivo de mediar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, aos postos de trabalho e às informações sobre o mercado de trabalho e depois a incorporação do seguro-desemprego. Os mesmos autores, abordam que no primeiro momento, o reduzido financiamento foi uma das principais causas da dificuldade na execução do Sistema e que com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pela Constituição Federal de 1988 e a partir de então uma gradativa multiplicação e melhoria na sua aplicação.

A evolução das políticas de emprego no Brasil aponta que com a institucionalização do Programa Seguro-desemprego a partir de 1990 é também início de um processo de política de gestão pública, trabalho e renda compartilhada, tripartite e paritária entre governo e representantes dos trabalhadores e empregadores.

2.4.2 Ações desenvolvidas

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a rede SINE está presente em praticamente todas as cidades brasileiras, possuindo diversas funções e tem como finalidade principal implantar agências de colocação profissional em todo o país e como objetivo estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado de trabalho e a força de trabalho, em todos os níveis de capacitação, organizando um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de auxiliar a operacionalização da política de emprego, dentre outros.

As ações que podem ser desenvolvidas são: a Intermediação de mão de obra; Habilitação ao seguro-desemprego, a Qualificação social e profissional; Orientação profissional; Certificação profissional; pesquisas e informações do trabalho; fomento a atividades autônomas e outras que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT venha a deliberar.

2.4.3 *Legislação no Brasil*

O Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador-CODEFAT são as instituições que normatizam as políticas as ações ativas e passivas do Brasil (Martins, 2022).

Conforme previsto no art. 239 da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), o FAT é um fundo especial de natureza contábil-financeira que está vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que deliberou sobre a forma de operação do sistema público de emprego no Brasil. A Principal fonte de recursos do FAT é oriunda das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970 e as contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, estabelecido pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. Os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP foram destinados ao custeio do Programa Seguro-desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos, quarenta por cento destinado ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, sendo estes de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES (BRASIL, Ministério do Trabalho).

O FAT e o CODEFAT foram instituídos pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, sendo o CODEFAT um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, que na sua composição estão representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, este atuando como gestor do FAT. Dentre as suas atribuições mais importantes, estão a elaboração de diretrizes para o programa e para alocação de recursos, acompanhamento e avaliação do seu impacto social e a de propor o aperfeiçoamento da legislação. “Teoricamente, construiu-se uma estrutura legal que aproxima o governo federal aos estados e municípios brasileiros, permitindo-se uma execução mais coordenada e participativa da política de trabalho e renda” (Martins, 2022).

Os Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda-CTER, criados nas esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, instituídos com a mesma estrutura institucional do CODEFAT, ou seja, de caráter permanente, deliberativo, tripartite e paritário, os Conselhos estaduais ajustam as políticas de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local e orientam sua execução.

A institucionalização dos primeiros fundos estaduais do trabalho (FETs) aconteceu através da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, que instituiu um novo modelo de organização para o SINE e as transferências de recursos deixam de ser por convênios e realizadas na modalidade “fundo a fundo” sendo que as ações continuam a ser executadas por estados, Distrito Federal e municípios, mas a parceria com o governo federal deixa de estar amparada em convênios plurianuais e passa a se basear em transferências automáticas de recursos do FAT aos fundos dos entes parceiros. Nos municípios o FET permite que sejam instalados os conselhos municipais do trabalho nos municípios com que tenham mais de 200.000 habitantes o acesso a um fundo e recursos próprios proveniente do orçamento federal (BRASIL, Ministério do Trabalho).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi baseada em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema: Mercado de trabalho e política pública de emprego, visando apresentar a criação e evolução do Sistema Público de Emprego (SPE) da sua origem, implantação no Brasil e a análise da Agência do SINE Anjo da Guarda em São Luís do Maranhão, baseando-se em estudos anteriores, coleta de dados e informações sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica busca explicar e debater sobre um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, periódicos, sítios eletrônicos, revistas eletrônicas,

entre outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (Martins, 2001).

Para o aprofundamento do estudo sobre a temática abordada, foi realizada a pesquisa de análise documental, para Godoy (1995), além de um método de pesquisa com características específicas, com finalidades de investigação próprias, podendo também ser utilizada como técnica complementar, aprofundando e validando dados adquiridos por meio de outros procedimentos como: entrevistas, questionários e observação.

4 O SINE DO ANJO DA GUARDA

O SINE do Anjo da Guarda, está localizado na região denominada como Itaqui-Bacanga, uma das áreas mais populosas da capital do estado do Maranhão, que possui uma história marcada por lutas desde o seu surgimento. Uma tragédia marcou o início do bairro Anjo da Guarda, um incêndio de grandes proporções ocorrido em casas de moradores do bairro Goiabal em 14 de outubro de 1968, vitimando várias famílias. O remanejamento das famílias ocorreu pelo bairro do Maracanã, pois nesse período a barragem do Bacanga estava sendo construída. A princípio a expansão urbana da região estava associada ao projeto político denominado de “Maranhão novo” do então governador José Sarney (1966-1970), buscando a expansão territorial em direção a esta região, que já contava com a construção do Porto do Itaqui e da criação de um distrito industrial (Santos, 2019).

A área Itaqui-Bacanga comporta empreendimentos de grande porte como: a empresa Vale, o Porto do Itaqui, Porto Ponta da Madeira, um terminal aquaviário que através de Ferry Boat, que transporta diariamente muitas pessoas e veículos. Com a implantação desses empreendimentos muitas famílias que migraram do interior do estado para essa região, em busca de novas oportunidades e melhoria de condições de vida.

Esse cenário de crescimento populacional na região, não acompanhou o número de oportunidades no mercado de trabalho local e segundo o IBGE (2010) a região apresenta uma das maiores taxas de desocupação do município de São Luís e com um grande percentual da população com renda per capita de inferior a R\$ 70,00, e dessa forma muitas famílias em situação de extrema pobreza em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Em 08 de setembro de 2017 é inaugurado o SINE do Anjo da Guarda, o novo espaço entregue para a população da área Itaqui-Bacanga (fig.1) funcionava em um espaço denominado Centro de Trabalho e Cidadania “Casa Brasil”, que além dos serviços ofertados pelo SINE, contava com 2 salas para a inclusão socioprodutiva, 1 sala para o funcionamento do espaço digital e 1 sala para o espaço empreendedor (O IMPARCIAL, 09/2017).

Figura: 1 – Inauguração do SINE – Anjo da Guarda (set/2017)



Fonte: SINE

Atualmente, a Agência do SINE-Anjo da Guarda (fig.2), está em transformação para ser a primeira agência do estado do Maranhão a ser adotado o novo modelo que passa a ser “SINE - Casa do Trabalhador”. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o órgão vem investindo na recuperação do SINE que vem sendo requalificado incorporando uma nova carta de serviços, mais ampla e humanizada no atendimento ao trabalhador, no âmbito do projeto “SINE - Casa do trabalhador” contando com melhoria na estrutura física e tecnológica dos espaços, uniformização dos serviços, potencialização da captação de vagas, fomento ao empreendedorismo e a economia solidária.

O espaço conta atualmente com a parceria da Sala do Empreendedor/AMDES, conta com espaços que são disponibilizados para empresas realizarem os processos de seleção e treinamento buscando dessa forma, diminuir o custo com o deslocamento do trabalhador. A nova estrutura com previsão de inauguração para a primeira semana de fevereiro de 2025, além da parceria já existente com a Sala do Empreendedor/AMDES contará com a parceria do VIVA/PROCON que disponibilizará diversos serviços do seu portfólio, permitindo que no mesmo espaço o trabalhador solucione outras necessidades como: emissão de documentos, agendamento de consultas, entre outros. No espaço também já está montado e equipado com 1 espaço de qualificação, para realização de cursos na área de alimentação e um laboratório de informática com funcionamento previsto para iniciar as atividades na data da inauguração.

Figura: 2 – SINE – Anjo da Guarda – (jan/2025)



Fonte: SINE

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos durante a pesquisa, buscam analisar a Agência do SINE – Anjo da Guarda, os dados apresentados foram extraídos da BG-IMO (Base de Gestão - Intermediação de Mão de Obra) disponibilizados pela Supervisão de Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego/SETRES. Os indicadores analisados, são do início das atividades em setembro de 2017 até o ano de 2024.

Os dados analisados revelam a evolução de três variáveis fundamentais no mercado de trabalho entre 2017 e 2024: "Quantidade de colocados", "Quantidade de inscritos" e "Quantidade de vagas cadastradas". A análise desses dados evidencia diferentes dinâmicas entre oferta e demanda ao longo do período, destacando a evolução de cada variável e a discrepância existente entre elas. A variável "Quantidade colocados" apresenta um crescimento

consistente ao longo dos anos. Em 2017, o número de colocados era baixo, com registros de 8 colocados no período. Entretanto, em 2024, esse número atingiu um total de 761 colocados, refletindo uma melhora progressiva na absorção de trabalhadores pelo mercado. Esse aumento pode estar relacionado a uma maior efetividade nos processos seletivos ou a um aumento na capacidade das empresas de contratar novos profissionais.

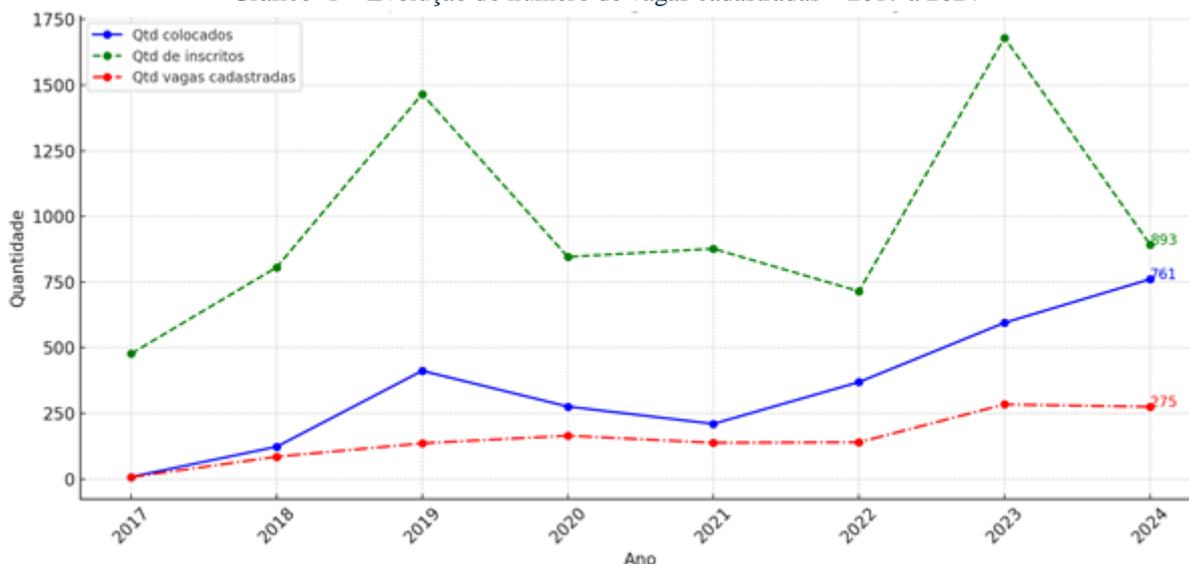
Por outro lado, a "Quantidade de inscritos" apresenta valores consistentemente elevados, indicando um aumento da procura por oportunidades no mercado de trabalho. Anos como 2019 e 2023 registraram picos significativos, com 938 e 1.154 inscritos, respectivamente. Contudo, em 2024, houve uma leve redução para 893 inscritos, o que pode refletir mudanças no cenário econômico, no perfil das vagas oferecidas ou mesmo no interesse dos candidatos. Essa redução, embora modesta, não altera o panorama de alta demanda por emprego ao longo do período.

A "Quantidade vagas cadastradas", por sua vez, mostrou um crescimento mais moderado. Em 2017, foram registradas apenas 7 vagas, enquanto em 2024 esse número aumentou para 275 vagas. Apesar desse crescimento, a quantidade de vagas disponíveis permanece significativamente inferior à de inscritos, revelando um mercado altamente competitivo. Essa disparidade reforça a necessidade de aumentar a oferta de vagas para reduzir a pressão sobre o mercado de trabalho e alinhar melhor a relação entre oferta e demanda.

Em síntese, a análise dos dados mostra uma evolução positiva na quantidade de colocados e vagas cadastradas, embora ainda exista uma lacuna expressiva em relação à quantidade de inscritos. Essa discrepância destaca a necessidade de políticas públicas e estratégias empresariais que incentivem a criação de novas oportunidades, aliadas a programas de capacitação que melhorem a empregabilidade dos candidatos. Equilibrar oferta e demanda no mercado de trabalho é essencial para garantir uma maior eficiência no processo de contratação e uma melhor absorção da força de trabalho disponível.

Segundo Magalhães (2023) os principais desafios para a geração de emprego e renda no país são: a superação do padrão de baixo crescimento econômico, o desenvolvimento da articulação entre políticas de fomento a economia e políticas de apoio ao trabalhador e a revitalização das políticas ativas de emprego no contexto do Ministério do Trabalho, integradas por aperfeiçoamentos da legislação trabalhista.

Gráfico 1 – Evolução do número de vagas cadastradas – 2017 a 2024



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

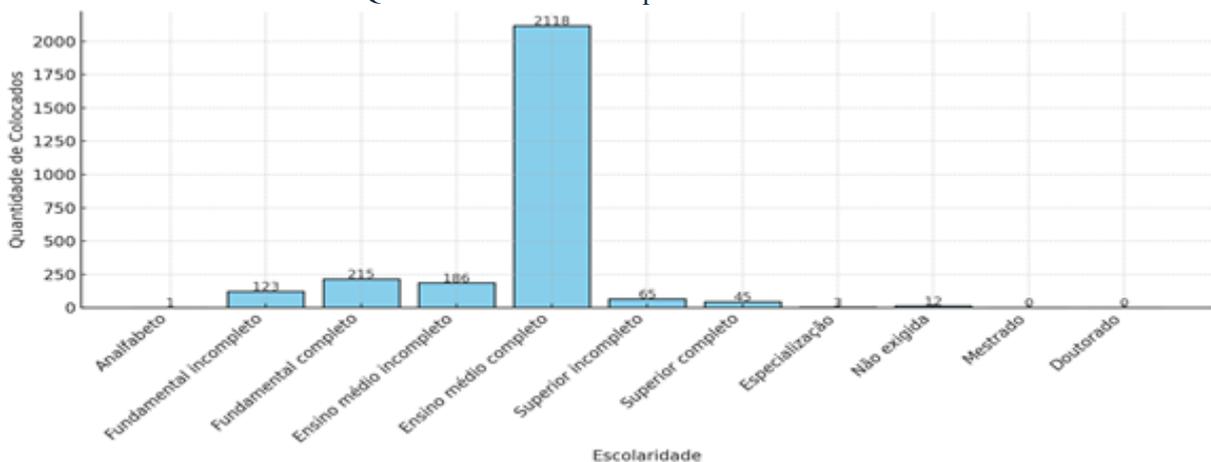
Os dados apresentados no gráfico 2 mostram a quantidade de pessoas colocadas no mercado de trabalho em função de diferentes níveis de escolaridade. A maior concentração de colocados está entre aqueles com ensino médio completo, totalizando 2.118 indivíduos, evidenciando que este é o nível de escolaridade mais demandado no mercado. Em contrapartida, níveis mais baixos de escolaridade, como analfabetismo e fundamental incompleto, apresentam números muito reduzidos, indicando uma menor empregabilidade desses grupos.

Os níveis superiores de escolaridade, como graduação completa (45 pessoas) e especialização (3 pessoas), também registram números modestos, o que pode sugerir que as oportunidades para trabalhadores com alta qualificação são mais restritas ou específicas. Além disso, categorias como mestrado e doutorado não tiveram registros de colocados, reforçando a hipótese de que o mercado analisado possui uma baixa absorção de profissionais com alta formação acadêmica.

Por fim, observa-se um número muito baixo de colocados sem exigência de escolaridade, com a categoria não exigida contabilizando apenas 12 colocações, o que aponta para um mercado que, valoriza os trabalhadores que tenham o ensino médio, e apresenta um número baixo de oportunidades para trabalhadores com menor escolarização. Esses dados indicam a necessidade de alinhar as ofertas de qualificação profissional às demandas do mercado de trabalho.

De acordo com Saviani (2007), o surgimento da sociedade capitalista que ao constituir a economia de mercado em que a troca determina o consumo, o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria e com isso o domínio de uma cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto, impondo como exigência generalizada a todos os membros da sociedade.

Gráfico 2 – Quantidade de Colocados por Escolaridade – 2017 a 2024



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

Os dados do gráfico 3 mostram a quantidade de vagas cadastradas no mercado de trabalho por nível de escolaridade. A maior concentração de vagas está associada ao nível de ensino médio completo, com um total de 794 vagas, indicando que esse é o nível mais demandado pelo mercado. Em contrapartida, os níveis mais altos de formação, como superior completo (30 vagas) e especialização (0 vagas), apresentam baixa demanda, sugerindo que essas qualificações são menos requisitadas no contexto analisado.

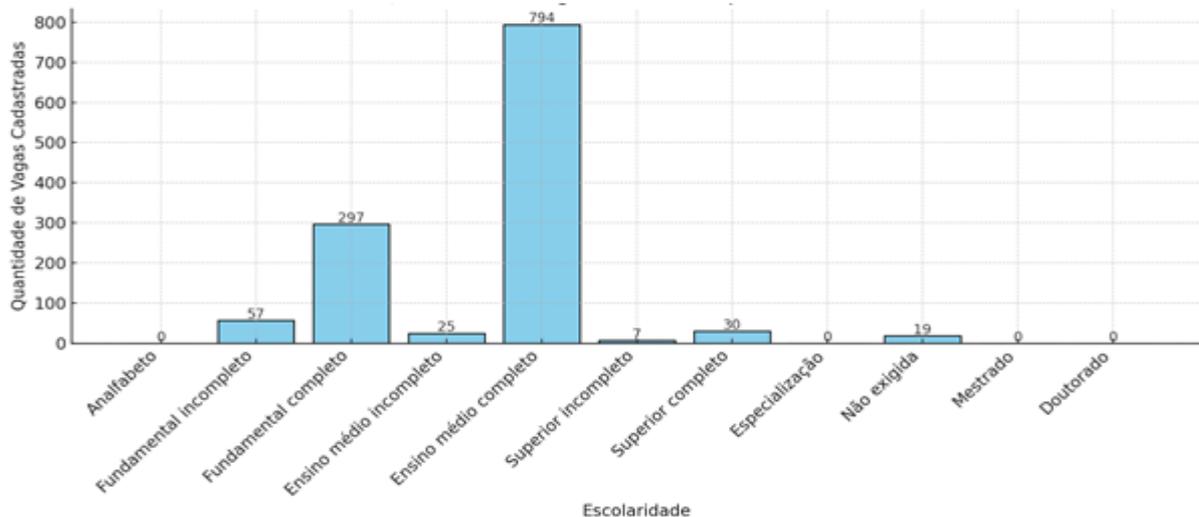
Níveis de escolaridade mais baixos, como analfabeto (0 vagas) e fundamental incompleto (57 vagas), também mostram poucas oportunidades, refletindo uma menor absorção desses grupos pelo mercado. Por outro lado, a categoria não exigida apresenta 19 vagas, o que pode indicar oportunidades acessíveis a pessoas sem qualificação formal. Níveis de formação

acadêmica mais avançados, como mestrado e doutorado, não possuem vagas registradas, reforçando a hipótese de uma baixa absorção de profissionais altamente qualificados.

Esses dados sugerem que o mercado analisado prioriza candidatos com qualificação intermediária, enquanto trabalhadores com escolaridade básica ou formação superior encontram menos oportunidades, evidenciando uma possível desproporção na oferta de vagas em relação aos diferentes níveis de escolaridade.

Para Menezes (2023), ao analisar os dados de ocupações disponibilizadas ao SINE no ano de 2019, conclui que “as vagas contemplam ocupações elementares, com baixos salários e direcionadas a indivíduos com qualificação baixa ou intermediária, o que desincentiva o engajamento dos trabalhadores com formação universitária”.

Gráfico 3 – Vagas cadastradas por escolaridade – 2017 a 2024



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

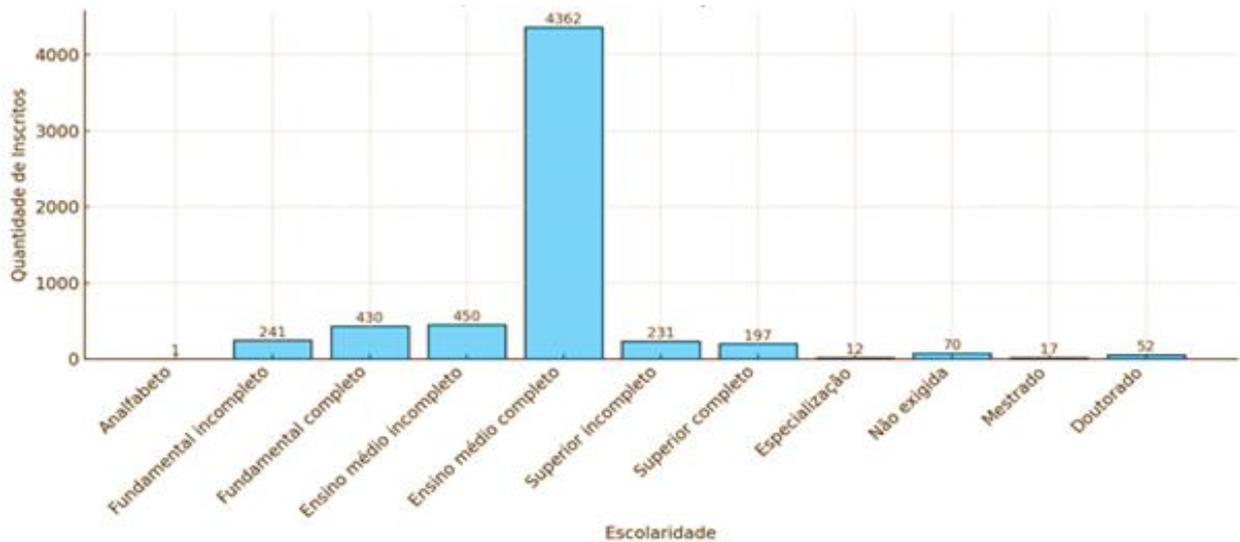
Os dados do gráfico 4 mostram a distribuição da ‘Quantidade de inscritos’ por nível de escolaridade. O maior número de inscritos está entre aqueles com ensino médio completo, totalizando 4.362 inscritos, o que reflete uma grande participação de indivíduos com esse nível educacional em processos seletivos. Em contraste, níveis de escolaridade mais baixos, como analfabetismo (1 inscrito) e fundamental incompleto (241 inscritos), apresentam uma baixa quantidade de participantes.

Os níveis mais elevados de escolaridade, como superior completo (197 inscritos) e especialização (12 inscritos), também registram números significativamente menores em relação ao ensino médio completo, indicando que a busca por vagas por esses candidatos pode ser menos frequente ou direcionada a setores específicos. Já categorias como mestrado (17 inscritos) e doutorado (52 inscritos) possuem poucos inscritos, sugerindo que as vagas disponíveis podem ser menos atrativas ou adequadas a esse perfil educacional.

Esses dados sugerem que a maior parte dos inscritos tem um nível de qualificação intermediário, com uma menor participação tanto de candidatos menos escolarizados quanto daqueles com alta formação acadêmica. Esse padrão pode estar relacionado à maior quantidade de oportunidades disponíveis para candidatos com ensino médio completo, refletindo as exigências predominantes do mercado de trabalho.

A vulnerabilidade de alguns grupos em relação às condições de disputas no mercado de trabalho é evidente e generalizada nos dados analisados, a inadequação do perfil é um dos fatores para não adequação as vagas disponíveis.

Gráfico 4 – Quantidade de trabalhadores inscritos por escolaridade – 2017 a 2024



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

Os dados apresentados no gráfico 5 mostram a distribuição total das variáveis “Quantidade colocados” e “Quantidade de inscritos” ao longo dos anos, categorizadas por Raça/Cor, excluindo as categorias “Amarela”, “Ignorado” e “Não informado”. As categorias analisadas são “Indígena”, “Branca”, “Preta” e “Parda”, evidenciando as diferenças na participação dessas populações no mercado de trabalho.

A categoria Parda apresentou os maiores valores para ambas as variáveis. Para “Quantidade colocados”, o total somado foi 1.664, destacando-se como a população mais absorvida no mercado de trabalho. No caso de “Quantidade de inscritos”, o valor alcançou 4.109, indicando uma grande busca por oportunidades profissionais por parte desse grupo.

A categoria Branca também mostrou valores expressivos. O total de “Quantidade colocados” foi de 280, enquanto “Quantidade de inscritos” somou 814. Esses números refletem uma participação considerável no mercado de trabalho, mas com uma discrepância significativa entre inscritos e colocados.

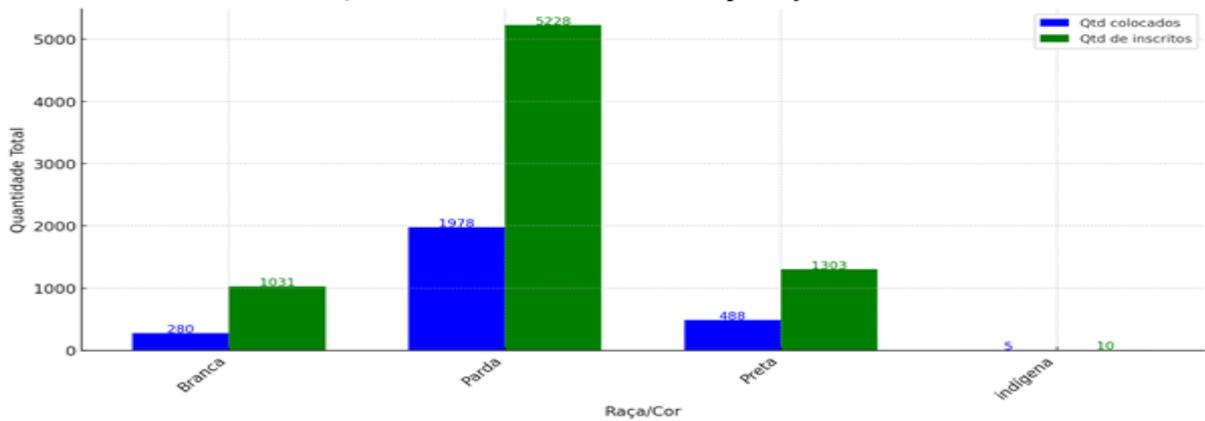
A categoria Preta registrou um total de 469 para “Quantidade colocados” e 998 para “Quantidade de inscritos”. Esses valores indicam uma busca ativa por emprego e uma taxa de colocação inferior à demanda, evidenciando desafios no processo de absorção dessa população no mercado.

Por fim, a categoria Indígena apresentou os menores valores entre as analisadas, com um total de 6 para “Quantidade colocados” e 13 para “Quantidade de inscritos”. Esses números revelam uma participação bastante limitada, sugerindo a necessidade de políticas públicas específicas para promover a inclusão desse grupo.

Esses dados destacam a predominância da população “Parda” tanto na busca quanto na colocação no mercado de trabalho, enquanto as populações “Indígena” e “Preta” enfrentam maiores desafios para alcançar oportunidades profissionais. As disparidades observadas sugerem a importância de ações voltadas à promoção da equidade no mercado, considerando as especificidades de cada grupo.

De acordo com Alves (2022) “a divisão racial no trabalho não é uma construção recente, e não é estranha à forma social do Estado capitalista, mas parte constitutiva e constituinte das relações sociais e da formação dos indivíduos no decorrer da história”.

Gráfico 5 – Quantidade e trabalhadores inscritos por raça/cor – 2017 a 2024



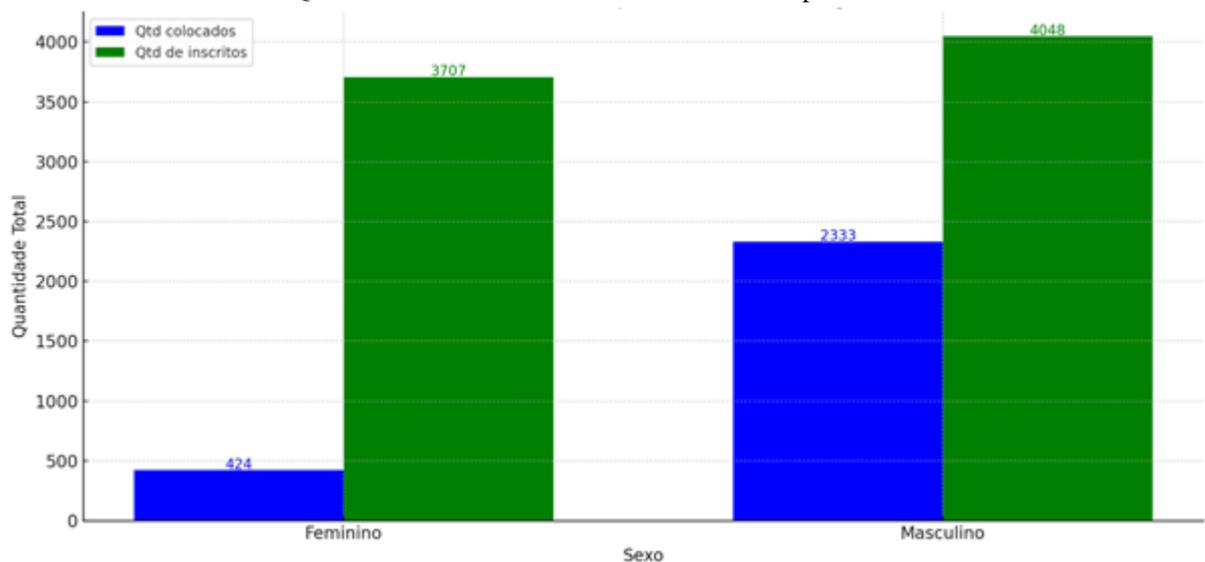
Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

Os dados apresentados no gráfico 6 mostram o total de “Quantidade colocados” e “Quantidade de inscritos” por sexo (Masculino e Feminino) ao longo dos anos de 2017 a 2024. A categoria Masculino se destaca, com 2.333 colocados e 3.998 inscritos, representando a maior participação tanto na busca por oportunidades quanto nas contratações efetivadas.

Já a categoria Feminino apresenta um total de 326 colocados e 3.707 inscritos, refletindo uma diferença significativa entre a quantidade de mulheres que buscam vagas e aquelas que são efetivamente contratadas. Esses dados evidenciam a predominância de homens no mercado de trabalho analisado e indicam possíveis barreiras enfrentadas pelas mulheres no processo de colocação.

A dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho é um reflexo dos preconceitos e desigualdades do mercado de trabalho brasileiro; taxas de desemprego altas, baixos salários, dificuldades de crescimento profissional e índice alto de informalidade (DIEESE, 2024).

Gráfico 6 – Quantidade trabalhadores inscritos x colocados por sexo – 2017 a 2024



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

Os dados apresentados no gráfico 7 mostram a distribuição total de “Quantidade colocados” e “Quantidade de inscritos” por faixa etária, refletindo a participação de diferentes

grupos etários no mercado de trabalho. A análise revela padrões distintos de procura por oportunidades e efetivação no mercado.

A faixa etária “de 18 a 24 anos” se destaca como a mais representativa, com um total de 585 colocados e 2.848 inscritos, indicando que este grupo tem uma grande busca por vagas e uma boa taxa de colocação. Essa predominância pode estar associada ao fato de que jovens nessa faixa etária geralmente representam a entrada inicial no mercado de trabalho.

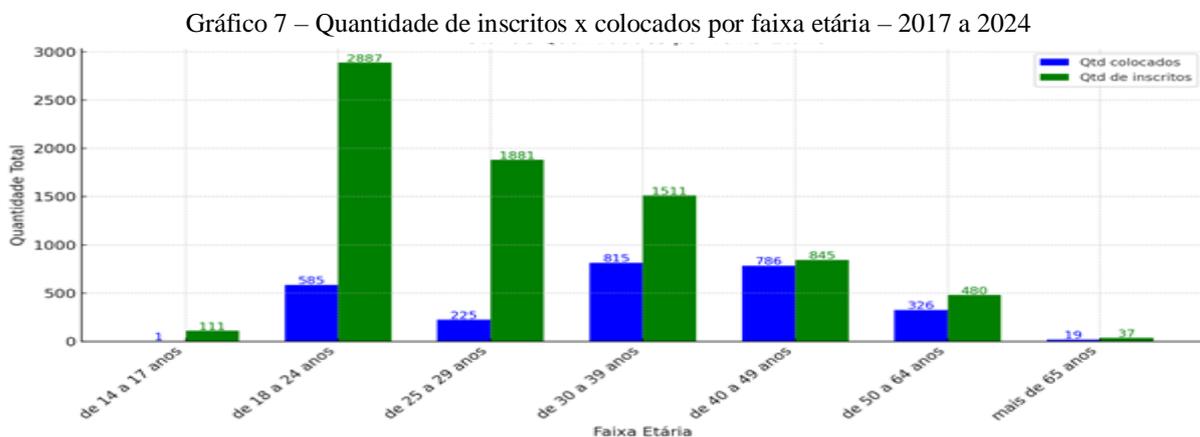
A faixa “de 25 a 29 anos” apresenta 225 colocados e 1.880 inscritos, refletindo uma forte presença de jovens adultos no mercado, mas com uma taxa de colocação proporcionalmente menor em relação aos inscritos, sugerindo possíveis barreiras ou maior competitividade nesse grupo.

Nas faixas etárias “de 30 a 39 anos” e “de 40 a 49 anos”, os totais de colocados são 815 e 790, respectivamente, enquanto os inscritos somam 1.457 e 841. Esses números indicam que esses grupos possuem uma participação consistente no mercado, com maior estabilidade na colocação em relação às faixas mais jovens.

Os grupos etários “de 50 a 64 anos” e “mais de 65 anos” possuem os menores números absolutos, com 271 colocados e 523 inscritos para a faixa de 50 a 64 anos, e 18 colocados e 34 inscritos para aqueles com mais de 65 anos. Esses dados sugerem uma diminuição na busca e na colocação para faixas etárias mais avançadas, possivelmente devido às limitações físicas, aposentadoria ou preferências do mercado por perfis mais jovens.

Em síntese, os dados destacam uma alta participação de jovens de 18 a 24 anos na busca por vagas, enquanto faixas etárias mais avançadas enfrentam menor demanda e colocação. A análise sugere a necessidade de estratégias específicas para promover a inclusão de grupos menos representados, como os trabalhadores mais velhos, e para melhorar a taxa de colocação em grupos com alta demanda.

Segundo, Feijó (2024) o baixo número de jovens inseridos no mercado de trabalho é um dos muitos desafios contemporâneos para o desenvolvimento dos países, indicando que a não inserção dessa mão de obra de alto potencial pode trazer consequências tanto para a vida dos indivíduos como para o desenvolvimento da economia. Em um mercado excludente, confirmado com os dados analisados na pesquisa observa-se a dificuldade da faixa etária com mais de 50 anos e deixa claro o preconceito etário do mercado de trabalho. De acordo com Observatório dos Direitos Humanos (ObservaDH), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PnadC), em 2022, o Brasil registrou um recorde de 4 milhões de pessoas idosas trabalhando no mercado informal, a grande maioria levados pela falta de oportunidade e a necessidade de garantia de renda para subsistência.



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

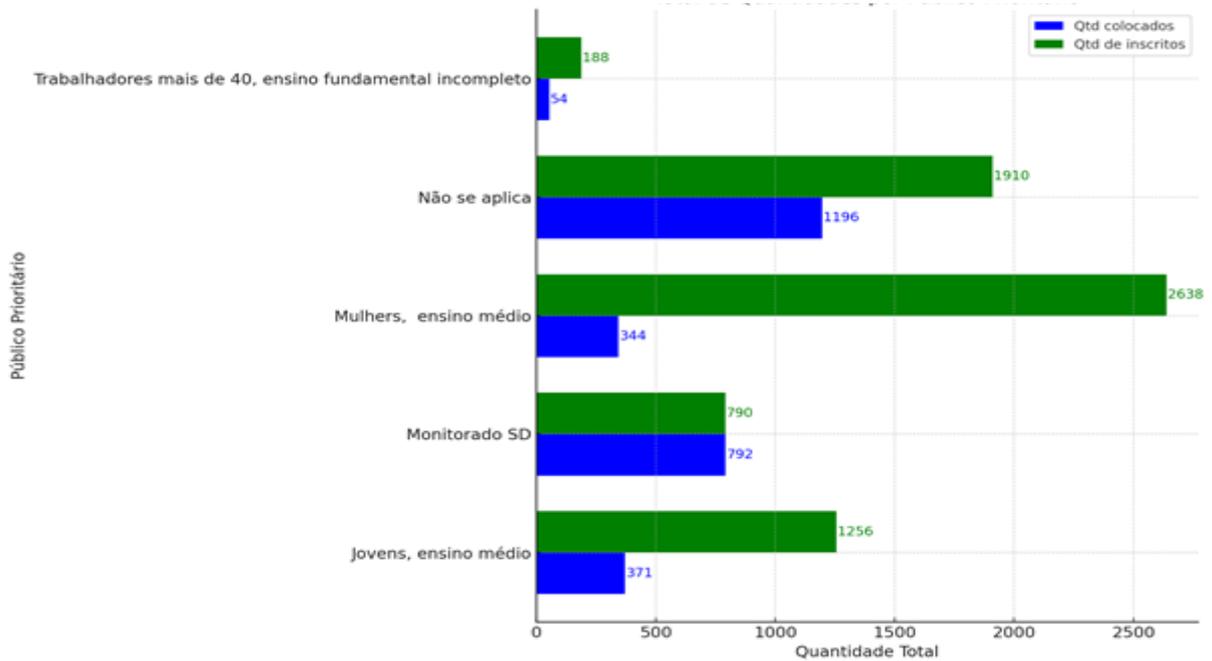
Os dados apresentados no gráfico 8 mostram a distribuição total de “Quantidade colocados” e “Quantidade de inscritos” por público prioritário, permitindo a identificação de diferenças na busca por oportunidades e na colocação no mercado de trabalho entre os grupos analisados.

- Monitorado SD: Este grupo apresentou o maior número total de colocados (792) e um número expressivo de inscritos (787). Esses dados indicam que os participantes monitorados possuem alta participação tanto na busca quanto na efetivação no mercado, destacando-se como o grupo mais beneficiado nos processos seletivos.
- Trabalhadores com mais de 40 anos e ensino fundamental incompleto: Este público apresentou valores significativamente baixos, com apenas 54 colocados e 188 inscritos. Isso sugere desafios relacionados à inclusão desse grupo no mercado de trabalho, possivelmente devido a barreiras educacionais ou etárias.
- Mulheres com ensino médio: Este grupo registrou 344 colocados e 2.638 inscritos, refletindo um forte interesse em oportunidades de emprego, mas uma taxa de colocação proporcionalmente menor em relação à procura. Esses dados podem indicar desafios enfrentados por mulheres na busca por emprego, mesmo com qualificação de ensino médio.
- Jovens com ensino médio: Este público também apresentou uma discrepância significativa, com 371 colocados e 1.246 inscritos. A alta procura por oportunidades sugere que jovens com ensino médio são um grupo ativo no mercado, mas com desafios na absorção pelo mercado de trabalho.
- Não se aplica: Este grupo apresentou 996 colocados e 1.810 inscritos, sendo o segundo maior em ambas as variáveis. Isso indica que trabalhadores não classificados como público prioritário também possuem uma presença significativa nos processos seletivos, com uma taxa de colocação relativamente alta.

Em síntese, os dados destacam a predominância dos grupos “Monitorado SD” e “Não se aplica” tanto na busca quanto na efetivação de oportunidades, enquanto trabalhadores com mais de 40 anos e ensino fundamental incompleto enfrentam as maiores dificuldades. Mulheres e jovens com ensino médio apresentam alta procura, mas ainda possuem uma taxa de colocação menor, sugerindo a necessidade de políticas voltadas à inclusão e equidade para esses públicos.

A justificativa para melhor efetividade na colocação dos trabalhadores monitorados SD, é baseada na alteração da legislação que a partir de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), passou a incluir o requerente ao seguro desemprego no banco de dados da intermediação de mão de obra do SINE, como forma de monitorar as vagas disponíveis, seguindo uma prerrogativa da Lei 7.998 em que a recusa sem justificativa em aceitar o encaminhamento provocaria o não pagamento do benefício (Menezes, 2023). Os trabalhadores com mais de 40 anos e com baixa escolaridade enfrentam os desafios de não atenderem o perfil das vagas disponibilizadas no sistema visto que com o excedente mão de obra disponível no mercado, os empregadores ficam mais seletivos na contratação e segundo há um consenso entre os autores que estudam o etarismo, por se tratar de uma temática relevante para a Administração de Empresas. O número de mulheres fora do mercado de trabalho, identificados no SINE do anjo da Guarda não vai de encontro com os números do estado do Maranhão que apresentou no acumulado de 2024 um saldo positivo em relação ao sexo masculino..

Gráfico 8 – Quantidade de trabalhadores inscrito x colocados: público prioritário



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

Os dados apresentados no gráfico 9 refletem a distribuição da quantidade de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por diferentes setores econômicos. A análise destaca o setor de construção como o principal responsável pela absorção de mão de obra, totalizando 1.196 colocados. Este número evidencia a alta demanda do setor por trabalhadores, possivelmente impulsionada por projetos de infraestrutura e construção civil, que tradicionalmente empregam grandes contingentes de profissionais.

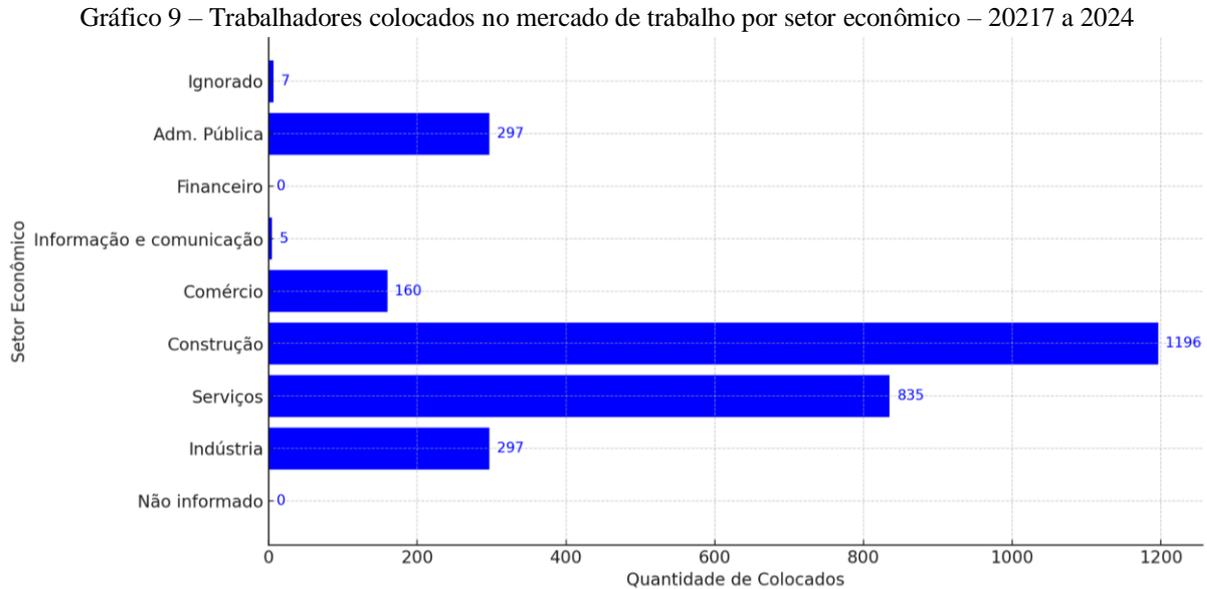
O setor de serviços aparece como o segundo maior gerador de empregos, com 835 colocados. Essa relevância pode ser atribuída à natureza diversificada do setor, que inclui atividades como transporte, alimentação, saúde e educação, áreas essenciais para o funcionamento da economia. Embora em menor proporção, o setor industrial também se destaca, com 297 colocados, indicando sua importância para o mercado, especialmente em regiões com atividades de manufatura ou processamento.

O setor de comércio, com 160 colocados, ocupa uma posição intermediária. Apesar de ser um segmento tradicionalmente relevante para o emprego, especialmente em períodos de alta demanda por consumo, ele apresentou números inferiores aos setores de construção e serviços. Por outro lado, setores como informação e comunicação e Administração Pública, com 5 e 297 colocados, respectivamente, refletem uma absorção mais específica de profissionais, geralmente associados a qualificações técnicas ou acadêmicas.

O segmento classificado como ignorado registrou apenas 7 colocados, representando uma categoria residual ou pouco definida, que pode abranger trabalhadores cuja classificação não foi especificada no levantamento.

Os dados demonstram a predominância dos setores da construção civil e serviços como os maiores empregadores, enquanto setores como comércio e indústria apresentam uma participação relevante, porém menor. Setores de nicho, como informação e comunicação, possuem uma contribuição limitada, mas significativa para segmentos especializados. Esses números reforçam a importância de políticas públicas e estratégias empresariais voltadas ao fortalecimento dos setores mais dinâmicos, além de iniciativas que estimulem a diversificação e a qualificação da força de trabalho nos setores com menor absorção de mão de obra.

Observado os dados de colocações de trabalhadores, que indicam um maior número de absorção de mão de obra no setor da construção civil, é um indicador a influência da localização da Agência.



Fonte: MTE/BG IMO (Base de Gestão – Intermediação de mão de obra)

As informações coletadas e analisadas, refletem o cenário do mercado de trabalho no Brasil, e que impactam os estados e municípios verifica-se que o número de vagas disponibilizadas, não acompanham a demanda de pessoas em busca de oportunidade de trabalho. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil passou por uma profunda recessão entre 2014 e 2016, com o diagnóstico de pior biênio de crescimento econômico dos último 120 anos e após esse período a recuperação do triênio posterior foi de maneira lenta e gradual e ocorreram alguns choques negativos na economia do Brasil como a greve dos caminhoneiros em 2018, e no ano de 2019 o desastre em Brumadinho, crise na Argentina, incertezas internacionais e a chegada da pandemia de Covid-19, que trouxe um profundo impacto no cenário econômico mundial e por consequência um maior número de pessoas desempregadas.

Segundo o IBGE a taxa de desocupação no Brasil em 2024 aponta a redução do desemprego. O Maranhão encerrou o ano de 2024 com um estoque de empregos formais ativos com uma variação de 2,5% a mais em relação ao ano anterior, somando 659.601 em dezembro contra 642.734 de 2023. O acumulado de vagas em 2024 ficou positivo 16.327 vagas de empregos, com todos os grupos da economia apresentando saldo positivo, com destaque para o setor de comércio. O índice menor de desemprego no estado é identificado pelo aumento do número de trabalhadores colocados pela Agência do SINE do Anjo da Guarda, nos anos de 2023 e 2024. Observa-se um resultado positivo na colocação dos trabalhadores monitorados pelo seguro-desemprego, dificuldades da inserção de jovens, trabalhadores com idade acima de 40 anos, de mulheres, trabalhadores com baixa escolaridade, mas também evidenciado pela análise, a dificuldade do sistema público de emprego encontra em disponibilizar vagas para trabalhadores com escolaridade mais elevada. Em relação ao setor econômico, a localização da Agência contribuí para a maior absorção pelo setor da construção civil e serviços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, além da garantia de renda para acesso aos bens indispensáveis para sobrevivência é também fonte de identidade pessoal do ser humano, permitindo a inserção do indivíduo na sociedade e a conquista da sua dignidade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 prescreve no seu Artigo 23º o trabalho como um direito fundamental e um direito social, além de apregoar a proteção contra o desemprego, no entanto, o avanço do capitalismo e as transformações no mundo do trabalho provocam a exclusão de um contingente considerável de pessoas.

As relações de trabalho têm sofrido modificações ao longo do tempo, a nova reestruturação produtiva, o alto grau de automação, as novas formas de contratação, a instabilidade na economia, refletem nos indicadores do emprego formal no Brasil. Os índices de desemprego sempre atingindo uma parcela de trabalhadores, causando a exclusão do acesso ao mundo do trabalho a diferentes grupos da classe trabalhadora. As dificuldades de colocação ou recolocação dos trabalhadores ao mercado de trabalho formal é uma problemática social que atualmente ganha destaque e contribui para aprofundar o aumento do número de pessoas na situação de extrema pobreza, da violência e exclusão.

Considerando a análise dos dados desta pesquisa, é perceptível a dificuldade de grupos distintos de acessarem ao mundo do trabalho, como observado nos grupos de trabalhadores: do sexo feminino, com baixa escolaridade, pretas, jovens e com mais de 50 anos. Os números refletidos na pesquisa realizada no SINE do Anjo da Guarda, vai de encontro ao cenário nacional.

A presente pesquisa buscou respostas para a política pública de intermediação de mão de obra desenvolvida pelo SINE do Anjo da Guarda e como essa ferramenta pública vem sendo aplicada na inserção ao mercado de trabalho para população local, concluímos que o não zoneamento por bairros do sistema utilizado para o cruzamento das vagas x trabalhadores inscritos, dificultou a exatidão da resposta, mas por todas as evidências observadas e pela localização da Agência dentro da comunidade, são indicadores que os resultados apresentados pela agência, atendem as comunidades da região no encaminhamento e colocação no mercado de trabalho.

Esperamos que os levantamentos feitos a respeito do tema possam de alguma forma contribuir não só para a academia, como para melhoria da política pública de intermediação de mão de obra desenvolvida no SINE do Anjo da Guarda. Sugerimos novas pesquisas, para aprofundamento do tema.

REFERÊNCIAS

A OIT. Origens, funcionamento e actividade. oit-espera-que-desemprego-caia em 2024. Disponível em: <http://ilo.br>. Acesso em maio de 2024.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural, 2021.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. IBGE. O desemprego. Disponível em: [https:// www.ibge.gov.br](https://www.ibge.gov.br). Acesso em maio, 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Rede Sine: Entenda o que é e como funciona. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego>. Acesso em abril, 2024

CRAVO, T.; O'LEARY C.; QUINTANA R.; JUSTINO L.; SIERRA A. C. O impacto do SINE no mercado de trabalho, 1996.

DIAGNÓSTICO-ITAQUI BACANGA. EMAP. São Luís, 2014.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: Desafios e desigualdades constantes. Boletim especial, 2024.

DUTRA, Laércio. Mercado público: função, forma e transformação do espaço urbano na região Itaqui-Bacanga. São Luís, 2017.

FEIJÓ, Janaína, PERUCHETI, Paulo. Performance dos jovens no mercado de trabalho. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/performance-jovens-mercado-trabalho>. Acesso em janeiro, 2025.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v.26, n2, 1995.

HOFFMANN, Helga. Desemprego e Subemprego no Brasil. 2. Edição. São Paulo: Ática, 1980.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS-IEE. Cultura do trabalho. Pensamentos Liberais. Vol. IX. Porto Alegre, 2005.

LIMA, F. C.; BENDASSOLLI, P. F.; SOUSA, S.G.; AGUIAR, E. V.; SOUTO, J. M. A intermediação da força de trabalho no SINE em tempos de reestruturação produtiva: uma revisão sistemática de literatura, 2015.

MAGALHÃES, Mário. Desafios da política de geração de emprego e renda no Brasil. Disponível em: <https://anesp.org.br/todas-as-noticias/desafios-da-politica-de-gerao-de-emprego-e-renda-no-brasil>. Acesso em janeiro, 2025.

MARTINS, G.; PINTO R. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Jéssica. Impacto das Políticas Públicas no Âmbito Municipal: SINE. Jacarepaguá, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Leonardo. Panorama recente do Sistema Nacional de Emprego: uma análise da infraestrutura e dos aparatos burocráticos da política de emprego e renda no Brasil, 2022.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. 2. Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Wagner. Políticas públicas para a população jovem no Brasil no período neoliberal: gênese, desenvolvimento e pesquisa, 2012.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira. (2023). Análise de indicadores do Sistema Nacional de Emprego. **Revista Brasileira de Avaliação**, 12(2 spe), e121423. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312014>

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira. A história do Seguro-Desemprego no Brasil: Regras, dinâmicas do mercado de trabalho e proteção social, 2024.

MORETTO A.(org.) MATOS F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social. IDT, Fortaleza, 2018.

OLIVA, A.; GUERREIRO, M. A recriação do homem e do mundo pelo trabalho. Pensamentos liberais. Porto Alegre, 2005.

POCHMANN, Marcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMOS, Carlos.; FREITAS, Paulo. Sistema Público de Emprego: objetivos, eficiência e eficácia (Notas sobre os países da OCDE e Brasil), Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Lucas. As relações de trabalho e a sociedade. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-trabalho-futuro.htm>. Acesso em 16 de junho de 2024.

ROLIM, Claudiomar. Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? UNB. Brasília, 2016.

SANTOS, Graciane Pereira Santos: Questão urbana e serviço social em São Luís: o processo de expansão urbana e a experiência de remanejamento de populações para o Anjo da Guarda, 2019.

SANTOS, Simone. O SINE como lugar de cuidado, 2002.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SENA, Adriana. Trabalho e desemprego no contexto contemporâneo: algumas reflexões. Belo Horizonte, 1999.